

ÍNDICE

CAPÍTULO I DO INQUÉRITO POLICIAL

1.	Razão de ser do inquérito	1
2.	Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3.	Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4.	Finalidade do inquérito policial	3
5.	Caracteres do inquérito policial	3
6.	Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7.	Prazo para a conclusão do inquérito	8
8.	Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	9
9.	É indispensável o inquérito?	9
10.	Qualificação direta ou indireta do indiciado	10
11.	O relatório	10
12.	A condução coercitiva do indiciado	10
13.	Como se inicia o inquérito policial?	11
14.	Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	12
15.	Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	15
16.	Modelo de portaria. Observações	15
17.	Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	17
18.	Modelo de requisição do Juiz. Observações	19
19.	Modelo de requerimento da vítima. Observações	21
20.	Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	24
21.	Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	25
22.	Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	27

CAPÍTULO 2

DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1.	O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	35
2.	Sentido da expressão “flagrante delito”	38
3.	Fundamento da prisão em flagrante	38
4.	As modalidades de flagrante	39
5.	Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	40
6.	A prisão em flagrante como ato administrativo	42
7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	42
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante	42
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	43
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	44
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	45
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	46
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	46
14.	Observações sobre a prisão em flagrante	47
15.	Flagrante preparado e flagrante esperado	52

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções	57
2.	Conceito	60
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	60
4.	Característicos	61
5.	Princípios	63

6.	Divisão da jurisdição	65
7.	Competência	67
8.	Delimitação do poder de julgar	68
9.	Onde a causa penal deve ser julgada?	70
10.	Prerrogativa de função	73
11.	Conexão e continência	76

CAPÍTULO 4 DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação	85
2.	O processo	86
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	88
4.	Ação penal: conceito	89
5.	Classificação subjetiva da ação penal	89
6.	Da ação penal pública incondicionada	90
7.	Ação penal pública incondicionada: princípios	91
8.	Da ação penal pública condicionada	95
9.	Crimes contra a honra cometidos contra funcionário público em razão da função	107
10.	Requisição do Ministro da Justiça	110
11.	Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa	113
12.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	114
13.	Condições específicas da ação	117
14.	Rejeição da denúncia ou queixa	119
15.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	120
16.	Pode o Promotor desistir da ação penal?	120
17.	Como se instaura o processo	121
18.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	121
19.	Que deve conter a denúncia?	122
20.	Modelo de denúncia	124
21.	Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	125

22.	Prazos para a denúncia	125
23.	O despacho do Juiz recebendo a denúncia	127
24.	Outras observações	129
25.	Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	131
26.	Observações	132
27.	Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	132
28.	Pedido de arquivamento: modelo	133
29.	Observações	133
30.	Arguição de incompetência: modelo	137
31.	Conflito de competência	139
32.	Conflito de atribuições	145

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Observações sobre a queixa	147
2.	A decadência do direito de queixa	149
3.	Procedimento do Juiz ao receber a queixa	150
4.	A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	153
5.	O perdão	153
6.	Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	154
7.	As custas do processo	159
8.	Modelo de queixa	160
9.	Modelo de procuração	161

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1.	É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	163
2.	Exemplo de defesa prévia	164
3.	Observações sobre a defesa prévia	165

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1.	O assistente de acusação	170
2.	Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..	170
3.	A função do assistente	171
4.	Ouvida do Ministério Público	172
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	172
6.	Atividade do assistente	173
7.	Em que hipóteses pode recorrer?	173
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	175
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente?	176
10.	A intimação da sentença	177
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente	177
12.	Modelo de procuração	178

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico	180
2.	A antijuridicidade	181
3.	A culpabilidade	182
4.	A imputabilidade	183
5.	A importância do exame de sanidade	183
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade	184
7.	Os menores de 18 anos	184
8.	Os doentes mentais	185
9.	A embriaguez	186
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico	187
11.	Como se comprova a inimputabilidade?	188
12.	Oportunidade para o exame de insanidade mental	190
13.	Legitimidade	191

14.	Procedimento	191
15.	Formulação dos quesitos	192
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração	194
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia?	195

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento	196
2.	Processo e procedimento	196
3.	As alterações introduzidas no Processo Penal	198
4.	Formas procedimentais	201
5.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	202
6.	Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	216
7.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	217
8.	Suspensão condicional do processo	222
9.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	235
10.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase	237
11.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	238
12.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	242
13.	A competência do Tribunal do Júri	250
14.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>verdicta</i> ..	250
15.	Organização e funcionamento do Júri	263
16.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	289
17.	Modelo de sentença absolutória. Observação	291
18.	Modelo de sentença condenatória. Observação	292
19.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações	293
20.	Questionário	298

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares	313
----	---	-----

2.	O foro competente	314
3.	O inquérito judicial	314
4.	É contraditório este inquérito?	316
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal?	318
6.	Quando é possível a denúncia no juízo criminal	319
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial	320
8.	Prazos	322
9.	A importância da sentença declaratória da falência	325
10.	A ação penal nas pequenas falências	326
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa	329
12.	Os prazos prescricionais	330
13.	O procedimento	332
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	335
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais	336
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	338
17.	Entorpecentes. Observações	341
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	346
19.	Os crimes contra a fauna	347
20.	Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores	349

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção. Observações	350
2.	O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapassar dois anos, subordinados ou não a procedimento especial	352
3.	O procedimento sumariíssimo	365
4.	Modelo de termo circunstanciado	367
5.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	368

6.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	369
7.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observação	371
8.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	372
9.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	373
10.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	373
11.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	374
12.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	378
13.	Crimes contra a honra: procedimento	381
14.	Entorpecentes	389
15.	Crimes da Lei das Licitações	389

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares	390
2.	O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	391
3.	O novo rito	392
4.	Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	393
5.	O procedimento especial	394
6.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	395
7.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	395

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo	399
2.	Observações sobre as alegações finais	401
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	403

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória	406
2.	Quando é necessária a prisão processual?	408
3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível	410
4.	Da prisão preventiva	411
5.	Da prisão temporária	413
6.	Anotações sobre o flagrante	417
7.	Da liberdade provisória	418
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	419
9.	Limites da fiança	425
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	427
11.	Extinção	427
12.	Fiança sem efeito	428
13.	Reforço	428
14.	Fiança sem objeto	429
15.	Condenação	429
16.	Execução	429

CAPÍTULO 15

DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo	430
2.	Sentença condenatória: exemplo	431
3.	Observações sobre a sentença	433

CAPÍTULO 16

DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo	450
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	451
3.	Exemplo de libelo	451
4.	Observações sobre o libelo	452

5.	Libelo em série. Observações	453
6.	Outros modelos. Observações	454
7.	Contrariedade do libelo. Observações	456

CAPÍTULO 17

DAS NULIDADES

1.	Noções preliminares	458
2.	Ato inexistente	458
3.	Atos nulos e irregulares	459
4.	A nulidade	460
5.	Atos essenciais	460
6.	Formalidades essenciais	461
7.	A classificação dos atos e das formalidades	462
8.	Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	463
9.	Ilegitimidade de parte	463
10.	Relação dos atos estruturais	464
11.	Nulidades absolutas e relativas no CPP	468
12.	Momento para a arguição da nulidade	470
13.	Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	470
14.	Quem pode arguir a nulidade?	471
15.	Modos de sanabilidade	471
16.	Pode haver nulidade em inquérito?	471

CAPÍTULO 18

DOS RECURSOS

1.	Conceito. Generalidades	474
2.	Fundamento	476
3.	Pressupostos lógico e fundamental	477
4.	Classificação da sucumbência	478
5.	Pressupostos recursais objetivos	482
6.	Pressupostos recursais subjetivos	492
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação	493
8.	Extinção anormal dos recursos	493

9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	495
10.	Recursos voluntários e necessários	496
11.	Efeitos dos recursos	499
12.	Unirrecorribilidade	501

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição	503
2.	Exemplo de razões. Observação	504
3.	Considerações	506
4.	O recurso em sentido estrito	508
5.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	509
6.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	510
7.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	510
8.	Prazo para razões e contra-razões	511
9.	Pode o Juiz retratar-se?	512
10.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	513
11.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	514
12.	Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	514
13.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	516
14.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito	518
15.	Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	525
16.	Efeitos	525
17.	Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	527

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo	528
----	---	-----

2.	Exemplo de razões. Observação	529
3.	Exemplo de contra-razões	531
4.	Noções	539
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	540
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	542
7.	Como se interpõe a apelação?	542
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem	542
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	544
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	545
11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	545
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo?	547
13.	Apelação plena e limitada	548
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	549
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo	550
16.	Extinção anormal da apelação	557
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	560
18.	A apelação sobe nos próprios autos?	563
19.	O § 4º do art. 593	564
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	564
21.	Apelação sumária e apelação ordinária	564
22.	Efeitos do recurso de apelação	565
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	566
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	566

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição	574
2.	Noções	574
3.	É exclusivo da defesa?	575

4.	Quando cabe	575
5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	576
6.	Pode a defesa protestar e apelar?	578
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	579
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	580
9.	Razão histórica do protesto	581
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	582
11.	Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	583

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1.	Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	585
2.	Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	587
3.	Considerações preliminares	589
4.	Os embargos infringentes e de nulidade	590
5.	Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	591
6.	São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	593
7.	A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	594
8.	Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	594
9.	Os embargos no STF	595
10.	Os embargos no STJ	596

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Modelo	598
2.	Generalidades	599
3.	Quando podem ser opostos	600

4.	A quem são dirigidos.....	600
5.	Procedimento	600
6.	Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	601
7.	Quem pode interpor os embargos?	601
8.	Quem os julga?	602
9.	Os embargos na inferior instância	602
10.	Retratabilidade	602
11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	602
12.	Extensão dos embargos declaratórios	603

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	605
2.	Exemplo de razões	606
3.	Exemplo de contra-razões	608
4.	Observações sobre a carta testemunhável	609
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	610
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável	611
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	611
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	613
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	613
10.	Razões históricas da carta testemunhável	613
11.	Como se conta o prazo.....	614

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1.	Modelo	616
----	--------------	-----

2.	Exemplo de razões	617
3.	Exemplo de contra-razões	618
4.	Generalidades	619
5.	Cabimento	619
6.	Admite-se a correição no processo civil?	621
7.	Origem	621
8.	Surgimento da correição no Estado de São Paulo	622
9.	É inconstitucional?	622
10.	É recurso?	623
11.	Procedimento	624

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1.	Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	627
2.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	628
3.	Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	629
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	631
4-A.	Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	631
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? ..	634
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	634
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	635
8.	A competência originária	635
9.	A competência recursal	643
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	645
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	646
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	646

13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada? Observação .	646
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	648
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	649
16.	Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça	650
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	663
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	663
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	663
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	665
21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	666
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	666
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	667
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	667
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	668
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	669
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	670
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i>	673
29.	Apresentação do paciente	673
30.	Sanções	674
31.	Pedido de informações	674
32.	Intervenção do Ministério Público	675
33.	Como pode ser impetrada a ordem?	675
34.	Concessão	676
35.	Não-cabimento	677
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	677
37.	Foi a palavra "iminência", contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	678
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i>	679

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1.	Exemplo de interposição	681
2.	Exemplo das razões	681
3.	Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	684
4.	O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	684
5.	O recurso ordinário-constitucional	687
6.	Procedimento	688

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1.	Exemplo de propositura de revisão criminal	690
2.	Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	692
3.	Generalidades	692
4.	O erro judiciário e a coisa julgada	694
5.	A revisão <i>pro societate</i>	696
6.	A revisão criminal no Brasil	697
7.	A natureza jurídica	698
8.	Pressuposto primordial da revisão	700
9.	Oportunidade	700
10.	Legitimidade	700
11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão?	702
12.	A revisão e a decisão do Júri	703
13.	Competência	705
14.	Os fundamentos do pedido	707
15.	Extinção da punibilidade	708
16.	Unificação de penas	710
17.	Revisão para aumentar a pena	710
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	711
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	712

20.	Conversão em diligência.....	712
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP.....	713
22.	Absolvição e revisão.....	713
23.	Prazo.....	714
24.	O pedido.....	714
25.	Procedimento.....	715
26.	Julgamento.....	716
27.	Improcedência.....	717
28.	Procedência.....	717
29.	Conseqüências.....	718
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?.....	718
31.	Reiteração.....	721
32.	Sentença estrangeira.....	722
33.	A Justiça Eleitoral.....	722
34.	Morte do condenado.....	723
35.	A indenização. Nota.....	723

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais.....	725
2.	Recurso extraordinário: conceito.....	725
3.	A denominação “extraordinário”.....	727
4.	Outras funções do STF.....	728
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	729
6.	Legitimidade.....	730
7.	Procedimento.....	731
8.	Denegação. Recurso oponível.....	733
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	734
10.	Problemas especiais.....	734
11.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	736
12.	Modelo.....	736
13.	Súmulas do STF em matéria criminal.....	739

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial	747
2.	Quando cabe	747
3.	Finalidade	752
4.	Procedimento	752
5.	Denegação	754
6.	Outras funções do STJ	754
7.	Súmulas do STJ em matéria criminal	755
8.	Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	761
9.	Modelos	761

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1.	Os agravos no processo penal	780
2.	Histórico	780
3.	O agravo de instrumento no processo penal	781
4.	Modelos de agravo de instrumento	784
5.	O agravo em execução	796
6.	Modelo de agravo em execução	799
7.	O agravo regimental	803
8.	Modelo de agravo regimental	803
9.	O recurso inominado	805